

**A METÁFORA DO ANATOMISTA
E A POSSIBILIDADE DO CONHECIMENTO OBJETIVO
DA REALIDADE SOCIAL EM MARX**

Antônio José Lopes Alves

Professor de Filosofia no Colégio Técnico da
Universidade Federal de Minas Gerais

Natal, v. 22, n. 38
Maio-Ago. 2015, p. 201-232

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: O artigo pretende explicitar o caráter específico da analítica marxiana do capital, consubstanciada na crítica da economia política em sua fase madura. Retoma-se de modo desdobrado uma das imagens acerca do *Forchungsweise* marxiano, referida pelo próprio pensador alemão, aquela do *anatomista*. Figura imagética das mais mobilizadas por Marx nas diversas etapas de constituição de seu padrão teórico para retratar seu procedimento. A cientificidade teria seu centro organizador determinado pelos elementos e relações desentranhados pela análise e em subsunção ativa à realização desta. Como num estudo anatômico, o objetivo é alcançar a intelecção das determinações constantes de um complexo categorial, bem como, e principalmente, o modo como estas se articulam ao perfazer a concretude. Articulação que deve ser reproduzida cientificamente como um *Gedankenkonkretum*.

Palavras-chave: Crítica da Economia Política; Analítica categorial; Anatomia.

Abstract: The article intends to explain the specific character of analytical Marxian of the capital, performed on the critique of political economy in its mature phase. Taken up so unfolded one of the images on the Marxian *Forchungsweise* referred by the German thinker, that the anatomist. Figure imagery of the mobilized by Marx in various stages of formation of their theoretical values to portray their procedure. The scientific organizing center would have its determined by the elements and relationships disemboweled by analysis and subsumption active to achieve this. As an anatomical study, the goal is to reach the intellection of the determinations of a complex categorial as well as, and especially, how they articulate to make up the concreteness. Articulation that must be reproduced as a scientifically *Gedankenkonkretum*.

Keywords: Critique of Political Economy; Categorical Analytics; Anatomy.

1. Introdução

O artigo que se oferece ao crivo do leitor é um desdobramento analítico de observações sumárias contidas na conclusão de uma das partes da tese de doutorado intitulada *A cientificidade marxiana na obra de maturidade: uma teoria das Daseinsformen*, levada à defesa em 2012. O que caracterizou aquele trabalho de investigação é, tanto no cômputo de suas virtudes quanto naquele de suas incompletudes, a tentativa de empreender uma abordagem da questão da cientificidade marxiana em sua fase madura partindo, principalmente, do que o próprio pensador alemão deixou consignado e observado. Nesse sentido, talvez arcando com certa aparência de ingenuidade, tanto a pesquisa quanto a elaboração de sua apresentação tentaram levar sempre em conta primariamente o que se encontra configurado no conjunto dos testemunhos textuais recolhidos. Essa posição de saída ata fortemente sua consecução a um projeto de retomar o pensamento de Marx como um objeto por-si, ele mesmo como uma totalidade finita constituída como síntese de elementos conceituais articulados. E isto independentemente, ao menos a princípio, dos possíveis diagnósticos ou veredictos que acerca dele se façam. O que não equivale necessariamente a decidir de antemão sobre o acerto das asserções particulares ou da validade da propositura teórica, no que concerne ao seu enquadramento mais geral e no terreno dos conceitos particularmente tomados. Buscou-se tão somente o *dar voz* a esse concreto de pensamentos, bem como revelar, *pari passu* a essa explicitação, o padrão específico que conforma, organiza e distingue o modo de cientificidade exercitado por Marx.

Na imediatidade em que se delineia a realização e se efetua o projeto de compreensão filosófica acerca do caráter próprio da crítica marxiana da economia política toca-se inevitavelmente num problema importante, bem como se dá de encontro com uma atitude frente aos textos de Marx que se fixou como uma verdadeira tradição dentro dos vários “marxismos”. Indiferentemente às posições particulares verificadas nas diversas, e por vezes

conflitantes, versões do conjunto do marxismo, nota-se claramente uma tendência a recobrir o modo como Marx opera o engendramento e a determinação do estatuto das categorias com aquele pelo qual seus resultados foram apresentados sob uma forma discursiva e literária particular. Assim, para repisar uma diferenciação cuja expressão o próprio Marx deixou cunhada na distinção entre *Forschungsweise* e *Darstellungsweise*, parece bastante importante assinalar a distinção, não obstante a complementaridade, entre dois processos envolvidos na formulação de uma teoria científica. De um lado, o rumo seguido pelo processo de apreensão conceitual das categorias da realidade, no curso do qual a análise do material é empreendida e por meio dela são obtidos determinados elementos que, numa dada articulação específica, perfazem o concreto como tal. Processualidade de extração categorial de determinações que, *in rebus*, conformam um dado objeto numa forma, no caso social, de existência. O que já pelo seu talhe específico, delineado pelo reconhecimento do estatuto de ser efetivo da coisa, determina o caráter da vereda cognitiva encetada num enquadramento próprio e diverso tanto da especulação idealista quanto do empirismo positivista. De outro lado, a apresentação conceitualmente teórica das categorias em sua articulação e reciprocidade, a qual lançando mão da utilização de algumas figuras provenientes de um *modus* bastante peculiar de expressão pretendeu tornar palpável dados traços, também contraditórios, das categorias essenciais do capital. Tome-se, por exemplo, a contradição imanente às relações havidas entre as determinações que perfazem a forma social *mercadoria* de ser dos produtos do trabalho no modo de produção capitalista da vida humana.

A propositura de pesquisa efetivada segundo esta dupla parametrização, deliberadamente seguiu por um caminho que recusou a orientação prévia de ler na exposição das conexões categoriais das formas sociais da produção do capital como encadeamentos conceituais cuja natureza se definiria como uma manifestação da dialética hegeliana. Não se elegeu o caminho que atribui à opera-

ção da cognição científica certos aspectos que são da alçada somente de sua apresentação discursiva. Assim, a lógica da exposição das categorias de *O Capital* não foi tomada como meio de entendimento da realização do conhecimento como tal acerca do modo de produção capitalista. A possível *dialeticidade* das categorias, em que pese a existência da contradição no processo de produção real da vida humana, não emerge como apanágio da exercitação de um viés epistêmico *a priori* à própria análise dos materiais. Em Marx, a contradição não é um princípio epistêmico e metodológico, nem ontológico - como em Hegel -, mas precisa ser aferida como aspecto da concatenação real das categorias na finitude do complexo efetivamente existente na concretude social. Não se trata, pois, de “ler” contraditoriamente os objetos, nem de considerá-los, em sua processualidade de ser, como epifenômenos particulares e finitos de uma substância - “a” contradição - que transitaria como causa primária verdadeira por trás da diversidade intuída e investigada.

Essa opção interpretativa sustenta, não obstante sua natureza eletiva, ser mais que resultante de um mero exercício de escolha cuja premissa e justificação radicariam na esfera da simples predileção. Ao contrário, partindo da premissa de compromisso teórico de reconhecimento do padrão científico marxiano por seus próprios termos, atina para o apontamento de que o *fundamento* (*Grundlage*), a base, o solo, o arrimo, de sua teorização ser o *exato oposto* daquele existente na arquitetura filosófica hegeliana. Nesse contexto a distinção entre a *apresentação formal* dos resultados e o modo como estes são cientificamente obtidos ganha uma proeminência explícita e obrigatória. A recusa de uma estrutura lógica como pressuposição da cientificidade marxiana afronta ao leitor de modo direto e sem tergiversações. Não se tenciona aqui retomar a discussão acerca da impropriedade da imputação dialética como *resolução* para o método percorrido pela propositura científico-crítica de entendimento do capital legada por Marx,

a qual se encontra desdobrada em outro lugar¹. Insiste-se aqui nessa questão com o fito de chamar a atenção para a posição da contraparte que forçosamente emerge da investigação empreendida: a da *prioridade do modo de pesquisa* frente àquele de apresentação.

2. Pequeno sumário histórico do tema

Seguindo mais uma vez indicações do próprio texto marxiano de *O Capital*, mas não apenas dele, em particular do *posfácio* à sua segunda edição, toma-se a liberdade de determinar o *modo* de enfrentamento cognitivo do existente, na prática científica marxiana, como eminentemente *analítico*. Tipo de procedimento que norteia e caracteriza o *fazer-ciência* de Marx e o distancia em seu cerne do tipo especulativo hegeliano. O que evidentemente não autoriza o afastamento sem mais para com o pensamento de Hegel. Ao contrário coloca os ganhos de conhecimento – notadamente a compreensão da historicidade imanente ao desenvolvimento categorial da realidade e a presença da contradição como um aspecto deste processo – a serviço da crítica da economia política. Entretanto, que não se incorra, doutra parte, no equívoco oposto que é o de supor uma aplicação marxiana de leis gerais da dialética, pretensamente extraídas do cerne da especulação, à realidade societária do capital e suas formas ideais de expressão científica. Marx não é um dialético fazendo ciência particular, mas um teórico exercitando um modo específico de analítica categorial, já tendo atrás de si a compreensão filosófica, mesmo falseada especulativamente, do caráter histórico e contraditório da transformação e emergência concretas das categorias da realidade social. Historicidade e contraditoriedade vigem não como princípios, mas como determinações modais nas formas que perfazem o complexo categorial da produção humana de mundo e que precisam ser flagradas *no interior*, e não por meio, do curso de desenvolvimento con-

¹ Cf. Alves, 2012, em especial, capítulo III.

creto das categorias do capital em sua articulação determinada. Assim, historicidade e contradição aparecem na exposição uma vez tendo sua presença convalidada na tessitura do concreto da produção; não podem ser tomados como *pontos de partida* epistemológicos ou chaves de intelecção previamente configurada, na sua vacuidade, a espera de um preenchimento empírico e/ou estatístico. Contradição e história *não são* por meio dos homens, de suas criações, de suas relações e seus dramas, mas são nestes como um traço determinativo particular quando comparado a outras regiões da mundaneidade. O que preside ao esforço da crítica da economia política não é a confirmação presunçosa da vigência de princípios admitidos como *substâncias*. Trata-se antes da exercitação de uma análise de formas determinadas de existência social nas quais se apresentam concretamente indivíduos, atividades, produtos e nexos recíprocos. Neste sentido, nada mais distante do teor próprio das investigações e elaborações de Marx que a conjectura epistêmica de um método ou metafísica de um sistema de categorias imutáveis em essência dada *a priori*.

Ao contrário tanto do método abstratamente quanto da especulação conceitual, a analítica marxiana tem por pressuposição a existência por-si do concreto como articulação categorial finita e autossustentada, o reconhecimento da preeminência do efetivo, da *coisa*, como algo que *é*. Um algo anterior e independentemente aos atos pelos quais outro ente objetivamente posto, o indivíduo socialmente determinado – ou mesmo um conjunto deles – o interpela com a finalidade de compreendê-lo e explicá-lo cientificamente. Ponto de partida teórico que não apenas exerce a função de fundamento geral, mas também é parâmetro da marcha mesma do processo de conhecimento. Logo, o reconhecimento do caráter objetivo do existente a ser explicado, continua a fazer parte do andamento cognitivo, não é deixado de lado ou posto “entre parêntesis” como simples referimento genérico inicial. No reverso disso, toma parte da cientificidade marxiana como momento integrante decisivo:

Como em toda a ciência histórica, social, [é preciso levar em conta] que na marcha das categorias econômicas, o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, permanece sempre dado [*gegeben*], tanto na efetividade como na cabeça e que as categorias são por isso formas de ser [*Daseinsformen*], determinações da existência, frequentemente expressam apenas lados [*Seiten*] desta sociedade determinada, deste sujeito e que aquela por isso de modo algum principia *também cientificamente* somente onde se dá o discurso sobre ela *como tal*.² (Marx, 1983, p. 40)

A remissão categorial ao concreto realmente existente tem, pois uma dupla vigência teórica. Por um lado, na aferição da razoabilidade dos conceitos, na avaliação da relação destes, como *pontos em comum* ao diverso, conforme consignado por Marx em momentos anteriores do texto acima citado³. Por outro lado, e principalmente, na etapa de concreção das abstrações, onde estas perdem sua abstratividade conceitual inicial e são concretadas mediante o remetimento ao conteúdo determinativo real e particular. Neste sentido, a *marcha das categorias*, o modo de vigência específico num determinado complexo efetivamente existente, não é pensado como obra da própria cientificidade, mas como dado na concretude mesma do complexo investigado. A operação cognitiva conceitual deve intentar o mais que possível expressar como articulação conceitual teórica a concatenação real que se atualiza como “coisa” e processo de ser. Não é o discurso *como tal* que funda o objeto, mas este é que impõe um determinado horizonte de possibilidades gnosiológicas e, depois, discursivas à cientificidade. A coerência teórica não tem assim um metro autoposto, mas depende da fidelidade da teoria como expressão conceitual do processo. É uma

² *Wie überhaupt bei jeder historischen, sozialen Wissenschaft ist bei dem Gang der ökonomischen Kategorien immer festzuhalten, daß, wie in der Wirklichkeit so im Kopf, das Subjekt, hier die moderne bürgerliche Gesellschaft, gegeben ist und daß die Kategorien daher Daseinsformen, Existenzbestimmungen, oft nur einzelne Seiten dieser bestimmten Gesellschaft, dieses Subjekts ausdrücken und daß sie daher auch wissenschaftlich keineswegs da erst anfängt, wo nun von ihr als solcher die Rede ist.*

³ Cf. Marx, 1983, p. 20-22.

transposição do registro do concreto àquele do conhecimento. Não há somente a dimensão discursiva, racionalmente encadeada ou não. Ao contrário, a pesquisa deve ter sempre claro a duplicidade de terreno no qual se move. Por isso, Marx não remete à fundamentação teórica de seu discurso, mas, como já ressaltado, ao fundamento real, de natureza histórico-social, das categorias econômicas. Portanto, o telos é delimitado como descortino da rede de articulações categoriais que conformam o processo de existência da produção social de riqueza como capital. A atuação científica se dá sobre o concreto da produção, e na irremediável dependência para com seu desenvolvimento objetivo. Conhecer não é, pois, inventar categorias, nem atribuir pelo mote de um método o ordenamento do objeto. É esquadrinhá-lo na marcha específica de suas categorias, desentranhando do que este é as condições de seu *sendo* o que é. Não é o princípio de intelecção suposto como universalidade *a priori* que vige, mas é a vigência do mando do ser do objeto sobre, e na, a atividade cognitiva do sujeito científico.

Esse *modo de pesquisa* se define, portanto, em oposição direta e irreconciliável com o procedimento especulativo, pelo qual o finito realmente existente é convertido em momento de uma totalidade conceitual substancializada tornada o sujeito efetivo. Modo ou maneira de exercer o conhecimento que frente à total independência da coisa abordada a toma como tal e passa a destrinchar suas determinações no curso da operação de abstração. Abstrair tem aqui o sentido preciso e predominante de *extrair* determinações de existência, o qual se entende então como momento de um processo de *análise*, de separação, de decomposição de um todo. Não por acaso, as *imagens* ou *metáforas* do químico e, depois preponderantemente, do anatomista, compõe o arsenal argumentativo marxiano, no esforço de tornar o mais acessível ao leitor de *O Capital* o caráter próprio da cientificidade que anima e se realiza como crítica da economia política. Por ser imagem, elemento por meio do qual se evoca plasticamente uma determinada coisa, esta tem de ser qualificada, determinada, delimitada. Em razão disso,

mesmo remetendo-se ao ofício do químico que analisa a matéria, Marx adverte que, por conta da natureza de sua matéria, “para a análise das formas econômicas nada podem ajudar o microscópio nem os reagentes químicos” (Marx, 1998, p. 12). Em outros termos, a metáfora vale pelo que é: um recurso imagético, não um paradigma epistêmico. A regência da coisa – no caso, as relações econômicas – demanda esse acerto discursivo que perspectiva a própria imagem em função do existente tomado para análise. Porquanto a sociabilidade não possa ser abordada como moléculas ou reações, Marx arremata asseverando que, “A força de abstração [*Abstraktionkraft*] deve substituir a ambas. No entanto, para a sociedade burguesa a forma valor dos produtos do trabalho ou a forma valor da mercadoria é a forma celular [*Zellenform*]” (Marx, *loc. cit.*). Dessa especificação mesma emerge a segunda metáfora, aquela do *anatomista* que disseca um todo articulado funcional, em busca tanto das suas diversas partes quanto da concatenação existente entre estas, que perfazem na sua organicidade – não necessariamente sistematicidade – a *coisa* em sua forma concreta de ser.

O remetimento à *anatomia* como correlato da analítica é bastante recorrente em Marx, desde seus primeiros enfrentamentos críticos com a moderna forma capitalista da sociabilidade, mas alcança sentido cada vez mais preciso no delineamento da crítica madura à cientificidade do capital. Inclusive o interesse marxiano pelos progressos e pela importância científica dos estudos anatômicos pode ser verificado pela extensa e variada correspondência dedicada a sua discussão, ainda que como momento de uma “*Naturphilosophie*”⁴. Para além do interesse geral, em parte enciclopédico, que caracterizou sempre a aproximação marxiana dos desenvolvimentos científicos de ponta de seu tempo, em relação à análise anatômica de complexos categoriais, a anatomia aparece

⁴ Cf. Missiva de Engels a Marx, datada de 14 de julho de 1854. (Marx; Engels, 1978, p. 337)

também num contexto onde o conceito adquire um matiz diferenciado com respeito, ainda que correlacionado, ao original. Essa presença importante da anatomia como descrição sintética tanto do padrão da análise quanto da forma de estruturação que a realidade social apresenta, quando faceada pela teoria alcança sentido cada vez mais preciso no delineamento da crítica madura à cientificidade do capital.

Este formato de aproximação analítica pode ser observada mesmo quando o pensamento marxiano se voltava a questões pontuais e abordagens de situações mais cotidianas do mundo da produção. *Exempli gratia* dessa característica é um artigo publicado no *New York Daily Tribune* por Marx, em 22 de abril de 1857, como correspondente do referido jornal em Londres, acerca da realidade imediata da organização do processo de produção/valorização. À análise dos problemas envolvidos no trabalho de produção do valor, os relatórios de fábrica publicados em 31 de outubro de 1856, “compõem uma valiosa contribuição para a anatomia social do Reino Unido” (“*stellen einen wertvollen Beitrag zur sozialen Anatomie des Vereinigten Königreiches dar*” – ou como originalmente redigido em inglês, “*form a valuable contribution to the social anatomy of the United Kingdom*”)⁵. No escrito em tela, Marx desdobra toda uma análise acerca não somente dos procedimentos organizacionais verificados no regime fabril inglês, mas, e principalmente, assevera a conexão essencial este aspecto restrito e o modo da sociabilidade do capital que se constituía como o mais avançado do mundo até então na Inglaterra. Além disso, indica as relações que se entabulam entre a vida repleta de conflitos e embates da sociedade civil e a sua expressão política consubstanciada nas discussões no Parlamento, patrocinados pelos milordes “radicais”. Chama a atenção como o modo de regulamentação e implementação de medidas em tese destinadas à proteção da integridade física dos trabalhadores da fábrica, terminam por redundar

⁵ *New-York Daily Tribune*, Nr. 4994 vom 22. April 1857. (Marx, 1984, p. 183)

na leniência para com a responsabilização frente aos acidentes e mortes. Marx nota de maneira ácida como, por exemplo, a introdução da figura da arbitragem de conflitos entre trabalhadores e proprietários resulta em inoperância porquanto a composição destas comissões seja definida pela *skilled in the construction of the kind of machinery*, ou seja, somente engenheiros e fabricantes de máquinas têm, em realidade, acento nelas. Segundo os relatórios dos inspetores de fábrica, na vigência da lei, ao contrário de fornecerem uma efetiva proteção aos trabalhadores, os modos de organização da temporalidade promoveram *overworking, in violation of the factory act, is on the increase*. Por esta razão, assevera Marx que:

Os relatórios dos inspetores de fábrica provam além da dúvida que as infâmias do sistema de fábrica britânica estão crescendo com o seu crescimento, que as leis promulgadas para controle da ganância cruel dos milordes são uma farsa e uma ilusão, sendo redigidos de forma ostensiva para frustrar seu próprio fim e de desarmar os encarregados de sua execução; que o antagonismo entre os milordes e os operários está se aproximando rapidamente do ponto de guerra social real. (Marx, 1984, p. 185)

O que testemunha a natureza sempiterna da capacidade de “adaptação” do capital aos limites, naturalmente dados ou historicamente engendrados, para a autovalorização do valor. Afora, desnuda igualmente a natureza predatória da relação entre capital e trabalho em sua essência, independente da moralidade que sirva de referencial para os detentores dos meios de produção e das alterações nas mediações políticas e jurídicas que possam pretender nela vir a intervir.

3. A anatomia da sociedade civil como crítica da economia política

Já no que respeita ao exame crítico da economia política em sua fase mais desenvolvida, o primeiro momento no qual aparece a

referência à *anatomia da sociedade civil* é em 1859. No *prefácio a Para Crítica da Economia Política*, nos quadros de um desenho retrospectivo dos seus esforços, Marx observa que:

O primeiro trabalho empreendido para resolver as dúvidas que me assediavam, foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel, um trabalho do qual apareceu uma introdução, publicada nos “Anais Franco-Alemães”, em 1844, em Paris. Minha investigação levou à conclusão de que as relações jurídicas, como as formas de Estado não devem ser entendidas por si mesmas ou radicadas no chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas sim nas condições materiais de vida, totalidade a qual Hegel resume, seguindo o exemplo do século XVIII inglês e francês, sob o nome de “sociedade civil”, no entanto há que buscar a anatomia da sociedade civil na economia política. (Marx, 1961, p. 8)

Da passagem acima é importante reter, não apenas a conexão efetivamente havida entre os estágios de elaboração do pensamento marxiano os quais, desde meados de 1843, conquanto haja diferenças e transformações no que toca a certos problemas e categorias, não devem ser entendidos em isolamento e muito menos ainda em contraposição. O processo de produção de um padrão reflexivo como o de Marx atravessou um roteiro de constituição que, embora possam observar-se temas e conceitos reconfigurados ou mesmo abandonados, guarda uma linha de continuidade no que respeita à formulação de um caráter próprio. É igualmente decisivo o fato de que, marxianamente, as formas de expressão políticas e/ou jurídicas da sociabilidade não têm em si mesmas sua razão de ser. Essas se resolvem na medida em que são remetidas à modalidade específica de sociabilidade historicamente concreta da qual se originam e na qual desempenham um papel no complexo das relações sociais. A necessidade de explicitar a estrutura anatômica da *sociedade civil* se colocou, por conseguinte pela via dos enfrentamentos que o pensamento marxiano teve de encetar com os problemas da sociabilidade capitalista, da delimitação da organização de sua produção. No entanto, se a exigência de perseguir o entendimento e a descrição da anatomia da *bürger-*

liche Gesellschaft foi impulsionada pelas circunstâncias históricas e práticas da reflexão de Marx acerca da natureza do *político* na modernidade, a tarefa científica toma claramente um caráter próprio, não obstante conexo, frente às injunções políticas. A analítica marxiana é, antes de tudo, análise categorial das formas sociais objetivas, comprometida com a explicitação da especificidade do capital como modo de produzir historicamente determinado; como *explicação de um modo de existência objetivo dos homens*, não um manual de revolução. A ciência da economia política, nas *personæ* de seus autores mais importantes e influentes, aparece como a posição de cientificidade na qual se encontra posta a série de conceitos e problemas atinentes ao capital. Por esse motivo, a Marx o entendimento rigoroso, e a crítica cuidadosa, desse patrimônio conceitual surgem como tarefa da qual não pôde furtar-se.

O esquadrihado científico pretende, pois a revelação crítica de uma dada forma de estruturação social objetiva da produção. Caráter crítico exercitado na medida em que inquiri as condições de existência efetiva de uma determinada articulação categorial. Tal empreendimento analítico se concretiza como ato de destrinchar elementos e relações essenciais, bem como aquele de expor a articulação particular, na qual aqueles momentos econômicos se encontram concatenados como modo de produção. O estudo anatômico da sociedade civil é, por conseguinte uma separação de partes constituintes, a propositura de uma explicitação em detalhes de uma determinada forma de totalidade tanto no nível de cada uma de suas componentes quanto naquele da relação recíproca assumida por todos no interior de um complexo categorial. Nesse contexto, não há como escapar da imposição teórica de expor e configurar com as máximas exatidão e correção possíveis as categorias que configuram o capital, buscando revelar todos os matizes e liames determinativos que o constituem como tal totalidade de categorias, de formas de ser. Daí a analítica necessariamente enveredar por um roteiro no qual a descrição em minúcias das

mais diversas ordens de determinação seja uma obrigação inerente. Nesse diapasão, “[a] um leigo sua análise [a da *Zellenform* do capital] parece meramente demorar-se em torno de sutilezas [*Spitzfindigkeiten*]” (Marx, 1998, p. 12). Dado o talhe analítico da cientificidade e do comprometimento desta em desvelar a totalidade de elementos e de relações necessárias entre eles, a analítica pode vir a afigurar-se como um verdadeiro exercício escolástico num emaranhado de determinações e conceitos. Tomando a aparência de um discurso que se delonga em torno de miudezas, à cata de minúcias e detalhes, que somente serviriam para saciar uma suposta voracidade por minudências. Mas, segundo Marx, “Trata-se de fato efetivamente de sutilezas, mas daquelas de que trata a anatomia micrológica [*mikrologischen Anatomie*]” (Marx, *loc. cit.*). A aparência de um puro perder-se constante em pormenores se desfaz porquanto o modo analítico de investigação se delimita como extração, descrição categorial e explicitação de relações *não visíveis* imediatamente, não dadas no extrato da prática cotidiana da própria sociabilidade. Por isso, a adjetivação *micrológica* aposta à anatomia das formas sociais de ser. Como exame da anatomia da sociabilidade, o procedimento analítico se distancia também do mero retalhamento da totalidade em partes, dispersas e para sempre desconectas, do esquartejamento empiricista que toma o imediatamente dado, e mensurável, como a *coisa* propriamente dita. A pressuposição do finito como por-si opera então com toda a sua força no interior mesmo da analítica, como um dístico que assinala e demarca o cunho da analítica das formas de ser como uma cientificidade propriamente *materialista*. O finito efetivamente existente (*aquilo que é* – processo ou ente –) não é exaurido, nem resumido, pela sua apreensão imediata ou pragmática, mas é reconhecido em sua tessitura sintética própria de complexo de categorias ou *formas*. Tem-se então uma analítica que opera no diapasão da identificação do caráter de ser e das especificidades dos níveis categoriais – determinações, relações, entes/processos etc. – onde a prioridade ontológica conferida ao

que é, pelo menos a princípio, pode resguardar a teoria de atribuir espessura de ser ao que é determinação ou atividade. Consequentemente, certas categorias remetem a processos existentes e subsistentes e outras a determinações destes processos de existência. As formas não se convertem em substância, por seu caráter determinativo não tomam o lugar da efetividade e a convertem em fenômeno, como ocorre amiúde nos procedimentos de caráter especulativo.

Dentre essas *formen*, a forma valor, a determinação preponderante na articulação que preside à figuração social da mercadoria, emerge analiticamente como aquela que cumpre, inicialmente, elucidar, assim como a de mais difícil enfrentamento:

A forma valor, cuja figura acabada [*fertig*] é a forma dinheiro, é muito simples e vazia de conteúdo [*inhaltslos*]. Apesar disso, o espírito humano procura inutilmente desde há mais de 2000 anos penetrá-la [*sie seit mehr 2000 jahre vergeblich zu ergründen*], enquanto, por outro lado, a análise chegou ao menos a aproximar-se de formas muito complicadas e plenas de conteúdo [*inhaltsvollerer*]. Por que disso? Porque o corpo configurado [*ausgebildete*] é mais fácil de estudar que a célula do corpo [*Körperzelle*]. (Marx, 1998, p. 11-12)

O esclarecimento da forma valor, da forma celular da produção capitalista – figurada imediatamente na mercadoria –, a que se reveste da maior simplicidade e de um caráter abstrato mais acentuado é o mais custoso e prenhe de meandros. Isto em razão de que somente pode *valer* como *uma* determinação das formas mais complexas ou daquelas necessariamente relacionadas a outras. O complexo é entendido como caráter do próprio existente. Não é a totalidade uma mera junção de componentes elementares, preexistentes com toda a sua gama de aspectos, mas estes últimos são o que são como momentos de um todo efetivo de relações. Consequentemente não é o valor, muito menos ainda *o conceito de valor*, o sujeito efetivo da analítica, o existente, mas apenas uma determinação do existente e como tal vige nessa função apenas nos

quadros definidos por essa totalidade. Como categoria integrante do processo de produção da vida humana, o valor somente atinge configuração plena nos quadros do capital, e em função dele. Por isso, não pode ser interrogada nem numa suposta pureza transcendental, como *valor “em geral”*, nem sobre a base de uma descrição histórica de sua construção como categoria econômica. A interpeção teórica apenas pode obter do valor a sua validade determinativa porquanto o faça na remissão para com a forma de ser dos produtos em cuja figuração assuma o papel de preponderância na expressão fenomênica da interatividade social. A mercadoria aparece por conseguinte como o ponto sintético ou a forma articulada de determinações da produção na qual o valor fornece a tonalidade predominante no concerto das determinações da mercadoria.

A relação entre a célula e suas componentes, e entre aquela e o corpo, entre momento e complexo, se fixa aqui a contrapelo da tradição predominante à época, e mesmo na atualidade. Essa posição, certamente, em muito deve às intuições conceituais hegelianas, porquanto estas últimas tenham indicado, todavia especulativamente, a precedência da totalidade de relações frente aos elementos que dela tomam parte. Entretanto, o repitamos, como um recolhimento crítico e não ao modo de uma filiação direta. Na *filosofia do Espírito*, a síntese de determinações é um produto de um princípio racional autônomo e automovente e o finito absorvido como um simples *momento* de sua integração. Na posição marxiana, a síntese é um apanágio do existente finito, e o movimento da racionalidade – esta sendo então um adjetivo, e não um substantivo – apenas uma aproximação cognitiva socialmente multideterminada. O que é atestado pela utilização do verbo *ergründen*, o qual denota o ato de escavar e adentrar num sitio dado e determinado, detentor de propriedades e relações como um conjunto de plena imanência. Ou seja, o finito concretamente existente é uma síntese ou totalidade *de suas próprias determinações*, formas que lhe são imanentes. Como efetividade, o atualmente

existente confronta a inteligência e a impõe a tarefa de examinar suas condições de existência, a articulação de suas categorias. Não se trata de um vazio ou de um monólito opaco defrontado pela volição ou pela interpretação do sujeito, mas de uma configuração de ser que tem em si, e por si mesma, enquanto permitirem as condições, seu próprio princípio. O finito tem, aqui se tratando de uma finitude de relações sociais, sua dignidade imanente, não necessita para ter seu estatuto de ser real estar remetido a uma *coisa* infinita que o ultrapasse. Conquanto seja uma emergência histórica, não é uma criação *da* história como substância, mas do itinerário efetivo de categorias que são produzidas, modificadas, transtornadas etc. no curso das mudanças pelas quais passa a interatividade humano-societária.

É importante, neste passo da discussão, destacar ainda outro aspecto da questão que a torna de especial complexidade, principalmente levando-se em consideração a exigência inegociável de estabelecer-se a determinação da cientificidade voltada à efetividade social. Outrossim, a discussão que se segue acaba por igualmente delimitar o escopo de validade da própria analogia. À diferença de um espécime morto ou mesmo em estase, uma forma de sociabilidade atualmente existente, assim como suas formas características de ser, é *uma totalidade viva* e dinâmica. Este caráter eminentemente dinâmico e mutante deve, evidentemente, ser levado em consideração pela cientificidade. A *anatomia analítica* marxiana pode, pois configurar-se igualmente uma *vivissecação*.

Nesse contexto, a virtualidade própria ao objeto, o conjunto de aspectos que continuam a diferenciar-se, não obstante a provável manutenção da articulação relacional básica (por exemplo, a forma determinada da relação *capital x trabalho*), adensa o problema enfrentado pela analítica. A cientificidade precisa erigir-se explícita e continuamente como um projeto em constante processo de constituição e revisão. Obviamente, o tracejamento dos contornos da determinação essencial da qual advém a *differentia specifica* de natureza histórica, de certa maneira, acha-se “estabelecida”. No

entanto, tal estabelecimento não pode pretender-se, ao menos no que respeita à objetividade do social, uma lei em sentido absoluto ou uma premissa da qual se deduziriam logicamente as relações e processos particulares como seus “casos”. Ao contrário, o concreto desenvolvimento da matriz social relacional efetiva é não apenas o *ponto de partida*, mas também o metro pelo qual as abstrações, e a exposição teórica da articulação categorial real, devem ser medidas e ponderadas. Outro não é, conseqüentemente, o espírito da citação completa que faz Marx das observações constantes da resenha russa acerca de *O Capital*, contida no *Posfácio à segunda edição*. Marx ao reproduzir o comentador russo Ilarión Ignátievich Kaufmann, de certo modo, avaliza suas observações e remete por meio delas ao que constitui o cerne de sua concepção da cientificidade do objeto societário. Portanto, é útil seguir a trama dos comentários transcritos por Marx e explicitar o caráter peculiar da sua analítica anatômica da articulação categorial da produção social do capital.

Dentre as diversas observações, algumas inclusive críticas (voltadas principalmente ao que o resenhista considera como *desgraçadamente dialético-alemão* do modo de exposição), Marx destaca exatamente aquelas que, para além da aparência discursiva que o aproximaria do teor do pensamento hegeliano, indica o caráter essencialmente analítico da empreitada desenvolvida e explicitada em *O Capital*. Assim, ressalta que conforme Kaufmann, a Marx interessa “encontrar a lei dos fenômenos que ele estuda; não somente a lei que os rege sob sua forma acabada e na sua ligação observável durante um período de tempo dado”. Vê-se como a analítica marxiana se afasta como exercício de anatomia da mera coleta de dados abstratos e positivamente configurados. O que a separa da tematização típica dos economistas que consideravam as categorias como formas eternas e naturais da produção. Nos economistas, “as leis gerais da economia são únicas e sempre as mesmas, [...] estas se aplicam ao presente e ao passado. É precisamente isto que Marx contesta; para ele estas leis abstratas não

existem”. As categorias como formas de determinação de existência de modos de produção concretos da vida humana possuem história e desenvolvimento dados pelo itinerário efetivo das transformações sociais da atividade dos homens. Não obstante este elemento, a ênfase na historicidade, poderia atar a cientificidade marxiana a Hegel, Marx reproduz linhas abaixo a seguinte consideração: “Não é a ideia, mas somente a forma de aparição exterior que lhe pode servir de ponto de partida”. Partindo exatamente das formas pelas quais, inicialmente, a concretude se dá, formas de aparecer do real (*Erscheinungsformen*), Marx destrincha as determinações que presidem articuladamente um dado modo histórico-social de produzir a vida humana. Modo que possui história e plenitude categorial finitas, que o delimitam como concretude particular efetivamente existente e diversa de outros tantos. O que permite a analítica marxiana aproximar, metaforicamente, a sociabilidade a uma forma de totalidade orgânica, sem no entanto reduzi-la a uma modalidade viva naturalmente dada. Desta maneira,

Uma análise mais aprofundada dos fenômenos mostrou que os organismos sociais se distinguem um dos outros, assim como uns dos outros os organismos animais e vegetais... Ainda mais, um único e mesmo fenômeno obedece a leis absolutamente diferentes, quando a estrutura total desses organismos difere, quando seus órgãos particulares variam, quando as condições nas quais estes funcionam se alteram, etc. Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma em todo o tempo e em todo o lugar. Afirma, ao contrário, que cada época econômica tem sua própria lei da população. (Marx, 1998, p. 26)

Vê-se, por conseguinte, que não se trata de maneira nenhuma a aplicação de uma concepção de um princípio vitalista ou organicista à sociabilidade. Diferentemente, é o caso de uma analogia limitada da vida social, essencialmente dinâmica e posta em marcha pela atividade recíproca dos indivíduos, por seu comportamento recíproco, com a figura da forma material dos viventes.

Além disso, permite igualmente indicar o caráter *modal* com que as categorias vigoram como formas de existência dentro de contextos societários e históricos distintos. Determinações de uma mesma figura econômica podem continuar a vigorar, umas desaparecerem ou atenuarem seu raio de ação e outras tantas emergirem no curso das transformações da sociabilidade. O dinheiro, por exemplo, continua a desempenhar sua função social, a *valer*, como meio de pagamento e circulação, mas o faz na sua subsunção necessária a um caráter emergente apenas no mundo do capital, o de *representante universal da riqueza*. Essa cunha social é administrada à figura do dinheiro na exata medida em que a produção da vida como produção do mais-valor converte a circulação em momento essencial determinado da produção do valor, como *modus* por excelência da realização do valor/mais-valor numa forma tangível, liberto dos grilhões do valor de uso particular. Este caráter modal vale como aspecto comum dinâmico das determinações categoriais e pode também ser identificado em outras tantas categorias. Não como sujeito, mas como predicado do ser essencialmente dinâmico da vida social.

4. Da possibilidade do conhecimento objetivo da realidade social

Do volteio acima cumprido, no curso do qual se recolheram, de modo sumário, somente uns poucos resultados mais genéricos da pesquisa, resulta que a posição marxiana se caracteriza não apenas como uma exercitação materialista de cientificidade, igualmente, seja também uma propositura que reafirma o conhecimento como possibilidade. O que de imediato a põe em discórdia com certas posições “críticas” acerca da querela da exequibilidade do conhecimento objetivo. Em certo sentido, herdeiras do criticismo de extração kantiana, mas agudizando-o no sentido da quase total negação da possibilidade como tal, teorias epistêmicas propugnam como única forma procedente de relação entre categoria e coisa, o esquema do modelo abstrato como paradigma. Obviamente que a partir

da posição marxiana não se tem a afirmação do acesso absoluto e inevitável ao verdadeiro. Longe disso... A medida da validade da ciência como analítica é a aproximação, graduada tanto pelo acerto do recorte quanto pelas condições sociais e históricas nas quais se faz ciência, do concreto societário por meio da concreção das abstrações. O que indica a objetividade a um tempo como compromisso e como telos da cognição. Assim a possibilidade aparece não remetida simplesmente a uma suposta articulação prévia de faculdades e/ou formas subjetivas, mas como horizonte ponderado aberto ou fechado na contingência social objetiva do objeto e do sujeito concreto que conhece. Algo do mesmo modo distante da suposição de continuidade ou conaturalidade imediata entre o ente que conhece e o ente conhecido, ou entre a razão e o mundo. Neste sentido, o sujeito que conhece o faz como *ente socialmente determinado* e não como subjetividade ou racionalidade autopostas. Conhece na forma de si, ele mesmo antes de tudo *um objeto*. É uma interação de apropriação aproximativa que se dá sem nenhuma ilusão de esgotamento necessário do objeto, na relatividade própria dos nexos regidos pela dupla objetividade de seus termos. Relatividade condicionada antes do mais pelas formas concretas nas quais se desenrolam as tramas da cognição científica como drama que não tem uma garantia prévia da assunção ao verdadeiro. Elevação que não é uma rota para além do objeto, mas um mergulho na particularização possível da categoria, na compreensão das determinações de existência dos processos.

Assim, também na contramão da dominância quase incontestável da reflexão filosófica de Nietzsche em nossos dias, passando por Heidegger e seus herdeiros de vários tipos, a relatividade do conhecimento não é sinônimo de perspectivismo, de irracionalismo e de indeterminação. Revelar, pois, o padrão característico da tematização marxiana, *aproximação analítica e ponderada da objetividade por-si*, significa, na proporção inversa a sua aparente modestia epistêmica, também reconquistar o espaço da própria cientificidade. Não numa forma de fazer científico cujo arrimo seria a

garantia *a priori* do verdadeiro por obra e graça do espírito do método, mas de uma postura em que a ciência se exerce como subsunção teórica ao existente a ser explicado e reproduzido como *concreto de pensamentos*. No ambívio do caminho entre a fundamentação transcendental do conhecimento, típica da teoria do conhecimento, e da negação *in limine* do conhecer postulada pelas vertentes irracionistas – *soi-disant* “críticas” – o espólio teórico marxiano se revela como propositura decididamente negadora de ambos. A encruzilhada histórica não se entende então como um meio de caminho, ou um termo médio entre duas posições aparentemente antitéticas, mas como exercício que busca a retomada da viagem do concreto ao concreto. O meio aqui não supõe um compromisso ponderado com os extremos, tão ao gosto de certa prática acadêmica, mas a tomada de posição por uma via de todo diferencial. Até porque a mera aparência de antítese daquelas duas vertentes se mostra como tal porquanto, no fim das contas, se observa uma dupla característica dos dois lados: a resolução em última instância subjetivista e a interdição da teoria à esfera do efetivo. Em Marx esse par se acha, pois, anulado. Tais elementos serão mais à frente desdobrados no quadro de três observações de talhe sintético ou, como disposto em *A Ideologia Alemã, um resumo geral dos resultados*.

O primeiro ponto a destacar com referência à questão do conhecimento em Marx é que esta se resolve num registro de todo anterior, antes da sua posição mesma como problema. Ou seja, o tema da fundamentação epistemológica é, senão de todo estranho ao pensamento marxiano, um momento determinado, e não determinante, da estruturação da inteligência. Não cabe decidir da veracidade ou validade de um posicionamento epistêmico no isolamento ou na independência com relação à definição do estatuto das próprias categorias. Em segundo lugar, a cientificidade marxiana se propõe encontrar, delimitar e determinar a *differentia specifica*, o elemento ou relação que especifica a coisa concreta, o conjunto de conexões categoriais que a delimitam, e

igualmente a limitam, em cotejamento com outros complexos existentes – atual ou anteriormente. Momento crucial da exercitação científica de Marx que se põe, concomitantemente, como resultante de uma analítica e parâmetro de outras veredas teóricas. Um caso por excelência disso é o da distinção do caráter próprio à produção no mundo capitalista, a produção de um excedente em valor com referência àquele da força de trabalho, um *quantum* de *Mehrwert*. É tanto uma descoberta analítica, quanto, porquanto seja desse modo determinada, mediação conceitual por meio da qual se operam outras análises e demarcações categoriais (*trabalho produtivo/improdutivo*, p. ex.).

Por fim, o terceiro aspecto do problema a explicitar é aquele referente ao sentido mesmo que a *possibilidade do conhecimento* adquire no interior da cientificidade marxiana. A afirmação do caráter possível do conhecimento objetivo da realidade é, em grande parte das vezes, tomada como remissão a algum tipo de saber absoluto ou *ponto de vista de deus*. A posição marxiana se encontraria então imediatamente conectada àquela representada, entre outras, pela filosofia hegeliana e sua concepção da construção do conhecimento científico como rumo em direção à transparência a si do Espírito. No interior desse quadro de determinações o *objetivo* é identificado a *absoluto*. A propositura da objetividade do conhecer equivaleria então a um deslocamento para além do condicionamento que os indivíduos, e suas consciências, estão sujeitos na realidade social. O perspectivismo radical surgiria como único antídoto à especulatividade, limitando a esfera do conhecimento aos óbices e condicionamentos que interditarium o acesso à efetividade do existente como tal. O conhecer estaria por isso irremediavelmente adstringido por um horizonte intransponível dado ao conhecer, definido por duas linhas de relevo mestras. Primeiramente, a originária da posição gnosiológica clássica desde Kant, que define de modo natural os limites dentro dos quais é legítimo postular a operação cognitiva. Em segundo lugar, uma componente emergida da crítica das ideologias, a qual, numa curiosa junção

entre certa leitura unilateral da determinação social do pensamento e posições irracionistas cujo fulcro é a assertiva da impossibilidade racional de superação da tradição, acaba por propugnar o abandono da pretensão do próprio conhecimento. O resultado a que se chega é a coexistência do perspectivismo teórico com a eleição das dimensões estéticas ou, na melhor das hipóteses, pragmáticas, como divisa máxima a qual se pode aspirar. Como se pôde observar pelo exposto até aqui, nada mais estranho ao pensamento marxiano.

Em Marx o conhecer é por certo reconhecido como *possível*, mas evidentemente não da forma como esta possibilidade se dá na circunscrição metafísica do absoluto. Uma vez mais, a posição marxiana se mostra como uma dupla impugnação da tradição. Por um lado, todo conhecimento é produzido dentro de uma dada situação social, é determinado pelo conjunto das relações sociais, pela forma específica da sociabilidade de uma época particular. O que não significa necessariamente uma delimitação de caráter negativo. Basta referir aqui as considerações marxianas acerca dos desenvolvimentos da economia política como disciplina científica para que esse entendimento unilateral se veja afastado. Não obstante a *posição (Standpunkt)* do capital ainda se fez ciência, ainda que, a ciência *dentro dos limites* do capital. Das *Ad Feuerbach* às considerações críticas contidas nas *Theorien über den Mehrwert*, passando pelo *posfácio à 2ª edição de O Capital*, a reflexão marxiana veio tornando explícito o caráter histórico-social concreto da ambiência do conhecimento. Na sua construção como apreensão categorial foi desdobrando e enriquecendo essa mesma determinação no curso do avanço das investigações procedidas sobre a efetividade e a ciência do capital. Por conseguinte, a determinação social do pensamento simultaneamente nega tanto a pretensa naturalidade dos limites do conhecimento quanto os coloca em perspectiva, na medida em que os faz depender da organização histórico-social da produção da vida humana, como produto dos próprios indivíduos socialmente determinados. São, portanto con-

dicionamentos e determinações que nada têm de naturais ou de permanentes. Ao contrário, correspondem à forma, e à série de figurações concretas por esta determinada, que assume a produção social da vida, as quais são, como produtos da interatividade concreta dos homens reais, ambas mutáveis e mutantes. Nesse contexto, define Marx o *material* da sua atividade científica: “[...] a atual sociedade de modo algum é um cristal sólido, mas um organismo capaz de transformação [*umwandlungsfähiger*] e compreendido [*begriffener*] em constante processo de transformação” (Marx, 1998, p. 16). Nada pode estar mais distante conseqüentemente de uma teoria da intransparência do mundo do que isso.

Essa última referência remete a outro lado da questão, a saber, a possibilidade do conhecer se encontra também determinada pelo caráter da própria matéria. O que igualmente colabora para a objeção da identidade tradicionalmente postulada entre objetivo e absoluto. O conhecimento objetivo o é, antes de tudo, pelo seu remetimento obrigatório ao objeto como tal e à natureza particular deste. A cientificidade não procede, ou não deve proceder, a partir de um princípio incondicionado, seja este a razão ou a subjetividade transcendental, mas precisa arrancar em seu processo da própria objetividade da coisa e em respeito a ela. Nesse sentido, como observa Chasin (*apud* Vaisman, 2001, p. XXI),

[...] se admitido o princípio metódico de Marx, *saber é saber do ser*, que antes de tudo é complexo sensível – tudo que é, existe, é sempre um complexo, não uma substância ou essência pura e cristalina. E a cadeia do ser é o conjunto de graus do ser – do menos ao mais complexo. O preceito metodológico marxiano é, pois, ontológico; sabe-se o que é, como se formou, se desenvolveu e como depercerá.

Esse desdobramento pode parecer paradoxal porquanto aponte para um liame, inusual do ponto de vista da tradição, entre objetividade e relatividade do conhecimento. Tais termos não aparecem então, forçosamente, como antitéticos, mas, ao invés, até como complementares. O conhecimento se dá sempre em relatividade à

coisa, em subsunção a mesma. Evidentemente, o sentido da *relatividade* deixa de estar atado ao sujeito, como comumente se entende, para referir-se às condições mutáveis da própria matéria examinada. O princípio da relatividade indica precisamente aqui a dependência da atividade cognitiva, inclusa a instância dos procedimentos, com relação ao modo de existir do objeto e das mediações pelas quais este se constitui como síntese concreta de determinações. O que pode ser depreendido, por exemplo, das célebres observações marxianas à tentativa aristotélica de delimitar o *valor* como determinação das trocas (Cf. Marx, 1998, p. 73-74) ou daquelas atinentes ao *status* inevitavelmente débil da economia política como ciência na Alemanha à época da aparição de *O Capital* (Marx, 1998, p. 19-21).

Nesse contexto, o conhecimento científico, da perspectiva marxiana, é sempre incompleto, e como tal potencialmente infinito, ou tendo sua finitude inexoravelmente definida pelo estatuto e pelo estado de coisas do próprio complexo de determinações concretamente existente. Infinitude e incompletude que delineiam o caráter do esforço de apreensão teórico-categorial do efetivo e põem o desenvolvimento do conhecer como engendramento de uma totalidade pensada como completude categorial continuamente provisória. Caráter provisório que não se apresenta como uma lacuna ou falha, mas que se afirma como aspecto necessário, porquanto se entenda o exercício teórico irremediavelmente subsumido ao concreto e também porque constitui a sua principal força. A atividade cognitiva se entende desse modo absolutamente aberta à coisa examinada e como tal igualmente disposta à revisão de seus próprios resultados e pressuposições. A abertura permanente ao existente concreto põe a virtualidade da abertura à correção e melhoria do conhecimento. A forma da cientificidade marxiana recusa a especulatividade que “simplesmente engenha *abstrações* e não análises” (Chasin, 2009, p. 228). Formatação que exige a rigorosa submissão ao encadeamento de nexos próprios a cada objeto, e por isso não sujeita o ato cognitivo a nenhuma armação concei-

tual prévia absolutamente definida. A noção mesma de método, conforme produzida e cristalizada pela tradição filosófica dos últimos quatro séculos, coroada pela especulação hegeliana que o torna ontologicamente homólogo ao finito, se acha aqui impugnada. O método absoluto se reduz deste modo à expressão de uma *incontinência da abstração*, da volatilização do movimento específico de cada entificação em abstração geral de todo movimento particular. Isolado da concretude de cada processo e tomado neste isolamento, tal proceder engendra verdadeiras abstrações *irrazoáveis*, as quais não permitem mais que a repetição *ad nauseam* das mesmas determinações abstratas aplicadas a todo e qualquer objeto. Reduzido a não mais que um jogo de linguagem, onde “o sim se torna não, o não torna-se sim, o sim torna-se simultaneamente não e sim, o não torna-se simultaneamente não e sim, os contrários se equilibram, neutralizam, paralisam” (Chasin, 2009, p. 229). A improdutividade analítica se põe então necessariamente como seu resultado inevitável, instilando a desnaturação de todo e qualquer objeto real.

5. Conclusão

Ao contrário da propositura de um método absoluto que se imponha indistintamente a quaisquer objetos, a transformação da análise em simples dedução especulativa e desdobramento de abstrações tomadas enquanto substância dos processos, segundo Chasin, dentro dos quadros da analítica marxiana,

[...] a análise efetiva e sua correlata produtividade só podem se manifestar pela escavação direta dos próprios objetos, reconhecidos como entificações historicamente engendradas e desenvolvidas por distintos movimentos contraditórios, pois “tudo o que existe, tudo o que vive sobre a terra e sob a água existe e vive graças a um movimento qualquer”. (Chasin, 2009, p. 229-230)

Neste sentido, a cognição somente pode significar a captação deste mesmo movimento real sob a forma das categorias pensadas, as

quais nada mais são que expressões daquele. Uma vez separadas e tornadas autônomas do movimento de entificação real, têm-se que postulá-las como produtos do pensamento que engendra a si e a própria marcha da realidade. O padrão de cientificidade assim estatuído diverge substancialmente das várias posições contemporâneas, seja em suas versões positivistas, daquelas do logicismo, metodologistas ou irracionalistas. Todas essas posições filosóficas, cada qual a seu modo, através de procedimentos ou proposituras que desnaturam a empreitada do conhecimento por meio do deslocamento progressivo do critério da verdade, da objetividade para a subjetividade, ou mesmo de seu virtual abandono, acabam por colocar a própria factibilidade do saber em cheque ou relativizada. O perfilado teórico marxiano aqui estudado apresenta a sustentação do clássico e autêntico ideal do conhecimento das categorias e mediações do existente. A gnosiologia, como ciência ou saber apriorísticos da possibilidade do conhecer está aqui refutada, uma vez que sendo o fundamento de natureza pré-teórica, a ser confirmado ou não como resultado do próprio ato de apropriação mental dos objetos, o conhecimento tem o peso de uma evidência. Apropriação esta que parte do reconhecimento igualmente do que Chasin denomina de terreno do *ontoprático*, no qual o ente é enfrentado como por-si, como conjunto articulado de determinações independentes e autônomas frente ao sujeito. Como resultado, tem-se, de outra parte, o reconhecimento das próprias categorias que descrevem a articulação do objeto escavado e a reproduzem, como algo mais que simples formas do pensamento.

O que de modo algum redundaria na afirmação de um tipo qualquer de realismo imediato, “ingênuo” ou não, pressupondo uma continuidade tácita entre o sujeito concreto que conhece e a coisa conhecida na forma do *objeto*. Muito ao contrário, como figurações sociais e historicamente determinadas, os termos da relação cognitiva são compreendidos em sua magnitude de formas de existência delimitadas por duas dinâmicas específicas, mas que se cruzam na concretude sintética de categorias que perfazem o ente que conhe-

ce, de um lado, e o ente/processo conhecido, de outro. Primeiramente, no caso do sujeito como um conjunto de propriedades mobilizadas na prática de conhecimento como capacidades de entendimento e apreensão ideal da realidade, as quais são desenvolvidas como tais no ato mesmo da relação efetiva. Assinale-se que a interação depende sempre das condições efetivas de aproximação dos objetos, que não se resumem a supostas faculdades *a priori* e inatamente existentes no sujeito transcendental, mas antes ao modo de um conjunto multiforme de elementos articulados entre si: ferramentas de pesquisa, determinações de ordem social, meios materiais de interpelação da efetividade. Em segundo lugar, a delimitação complexa da relação cognitiva é imposta pela tessitura particular da *coisa tornada objeto* de conhecimento. No que respeita à analítica marxiana, a natureza histórica e dinamicamente mutável da sociabilidade, do conjunto de nexos sobre os quais se arma o drama da produção social da vida humana. Entendida por Marx como *totalidade orgânica*, a forma especificamente social de existência é uma série articulada de categorias que, no nível da efetividade, definem um particular *modo* de produzir a vida humana, o capital como um todo de relações sociais. Deste modo, o *capital* é um *eidos* da produção que determina as formas da interatividade produtiva como certo *ethos* morfológicamente delineado que se estrutura *dinamicamente*, como uma *forma de vida societária de produzir e de existir* dos homens. Por conseguinte, o padrão analítico marxiano, identificado em seus próprios termos como *anatomia categorial* que pressupõe o reconhecimento da existência concreta por si daquilo a ser explicado teoricamente. Postura ativa, mas subsumida ao caráter de coisa do objeto, a admissão de que o *ser* que precisa de esclarecimento apenas existe naquilo que é. Como observa Chasin em outro texto postumamente publicado:

A ontologia marxiana não é um sistema abstrato de verdades absolutas ao feitiço tradicional, mas um estatuto teórico, cuja fisionomia é traçada

por um feixe de lineamentos categoriais enquanto formas de existência do ser social. Se pode ou deve ser entendida como um realismo, trata-se de um *realismo crítico*. (Chasin, 2001, p. 12-13)

Criticismo que não se resolve numa descrição prévia da substância que conhece, mas que descortina no enfrentamento mesmo do conhecer o caráter que circunscreve a efetividade e o conjunto articulado de categorias que a constitui. Este defrontar-se analítico fornece na sua efetuação as pistas de configuração de um dado caminho particular e específico de deslindar o ser do objeto. O que resulta não haver como decidir *a priori* um método que garanta a apreensão das características mais essenciais da coisa, bem como o acerto da cognição. O caminhar do conhecimento é por esta razão uma aproximação continuada de talhe aberto às reconstruções, retomadas e revisões críticas do próprio conhecimento anteriormente alcançado. O estabelecimento de limites e possibilidades do conhecimento depende da consecução do ato, das condições operacionais e sociais da atividade científica, assim como da forma histórica, mais ou menos madura, do próprio objeto. Por conseguinte, nada mais distante de “realismo imediato” que a delimitação da reflexão marxiana como uma analítica anatômica das formas de ser.

Referências

ALVES, A. J. L. *A cientificidade na obra marxiana de maturidade: uma teoria das Daseinsformen*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

CHASIN, J. Rota e perspectiva de um projeto marxista. *Ensaio Ad Hominem 1*, Tomo IV – Dossiê Marx. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001. p. 5-78.

CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, K. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. Marx/Engels Werke, Band 13. Berlin: Dietz, 1961.

MARX, K.; ENGELS, F. *Briefwechsel zwischen Marx und Engels: Januar 1856 bis Dezember 1859*. Marx/Engels Werke, Band 29. Berlin: Dietz, 1978.

MARX, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Marx/Engels Werke, Band 42. Berlin: Dietz, 1983.

MARX, K. *Die Lage der Fabrikarbeiter*. Marx/Engels Werke, Band 12. Berlin: Dietz, 1984.

MARX, K. *Das Kapital: erster Buch*. Marx/Engels Werke, Band 23. Berlin: Dietz, 1998.

VAISMAN, E. Dossiê Marx: itinerário de um grupo de pesquisa. *Ensaio Ad Hominem 1*, Tomo IV – Dossiê Marx. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001. p. I-XIX.

Artigo recebido em 10/03/2015, aprovado em 2/06/2015